

JOSAPAR Joaquim Oliveira S/A Participações

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias aos exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 2021.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos, cereais, sementes e fertilizantes, na importação e exportação, beneficiamento, distribuição e participação em outras sociedades. Complementam as atividades da controladora através de sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS S.A., a administração de imóveis e comércio imobiliário.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 11 de novembro de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais do relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

Nas informações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A – (direta) vide nota 10.
- Josapar Internacional – (direta) vide nota 10.
- Copérnico Participações S/A – (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda. – (indireta)
- Real Rio Grande Empreendimentos Ltda. – (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A – (indireta)
- Pelotense Administradora de Shopping Centers Ltda. – (indireta)

a) Informações financeiras intermediárias consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas abrangem as informações financeiras intermediárias da Companhia e das sociedades controladas foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das informações financeiras intermediárias consolidadas.

b) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

c) Utilização de estimativas

A preparação das informações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas informações financeiras intermediárias e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para perdas de crédito esperadas, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

3. NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2022 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2023 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Informações financeiras intermediárias da adoção destas normas. As principais normas que poderiam ter algum impacto na Companhia são:

- a) Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não Circulante – entra em vigor em 1º de janeiro de 2023;
- b) Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis 2 – Divulgação de políticas contábeis – entra em vigor em 1º de janeiro de 2023;
- c) Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis – entra em vigor em 1º de janeiro de 2023;
- d) Alteração da norma IAS 12 – Income Taxes – entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas de contratos com clientes provenientes da venda de produtos são reconhecidas quando ocorre a transferência do controle sobre os produtos e serviços ao cliente bem como dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador e conforme a satisfação do cliente, em linha com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e Passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 6, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 71 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

e) Imobilizado e intangível

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta. A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº11, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica. A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes às controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício. A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às informações financeiras intermediárias individuais não diferem do IFRS aplicável às informações financeiras intermediárias separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas informações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em

conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas informações financeiras intermediárias individuais são divulgadas em conjunto com as informações financeiras intermediárias consolidadas.

g) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

i) Provisões para contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

j) Arrendamento

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data do seu início. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início. A Companhia mensurou seu passivo de arrendamento à melhor taxa estimada pela administração, taxa esta que reflete a taxa média incremental sobre seus empréstimos, na data da aplicação inicial.

5. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia e suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento do trimestre foi de 71 dias e a perda reconhecida foi de 0,03% sobre o faturamento no período.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à variação da taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a instrução normativa CVM nº550/08 a Companhia e sua controlada procederam a uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (Impairment). O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº 4 sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da Companhia, em reais.

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Ativos:		
Aplicações financeiras	125	1.491
Matéria-Prima Fertilizantes	212.647	-
Contas a receber de clientes	28.387	35.336
	241.159	36.827
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos	(143.953)	(188.372)
	(143.953)	(188.372)
Exposição passiva líquida	97.206	(151.545)

Em linha com a estratégia de hedge e proteção das margens operacionais frente às oscilações da taxa de câmbio a Companhia informa que realizaram no terceiro trimestre, diversas operações de câmbio futuro, travando taxas de pedidos de venda em carteira com a aquisição das respectivas matérias-primas. Tais operações importam em 30.09.2022 R\$10.029 (USD 1.854) tendo sido utilizadas na sua totalidade.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pelas Leis 4.131/62 e 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante ao risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 30.09.2022 em R\$:

					Cenários		
Risco: alta do CDI CDI SET22 13,25% a.a.					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato 13,25%					manutenção 13,25% CDI a.a.	> 25% 17,19% CDI a.a.	> 50% 20,63% CDI a.a.
Data base	Valor	spread	index	vencimento			
30/09/2022	R\$ 304.669	diversos	CDI	diversos	R\$ 394.019	R\$ 414.492	R\$ 435.661
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$ -	R\$ 20.473	R\$ 41.642

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º da Instrução CVM 475/08.

Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Cientes mercado interno	334.369	299.837	363.688	329.939
Cientes mercado externo	28.387	35.336	28.387	35.336
Provisão para perdas de créditos esperadas	(1.132)	(1.033)	(8.905)	(8.806)
Total	361.624	334.140	383.170	356.469

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Produtos acabados e semielaborados	179.750	111.864	179.750	111.864
Mercadorias para revenda	13.084	5.519	13.084	5.519
Matérias - primas	329.363	134.146	329.363	134.146
Outros	31.328	21.345	31.328	21.345
Imóveis	-	-	31.480	31.947
Total	553.525	272.874	585.005	304.821

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Adiantamento a fornecedores de arroz	93.005	126.690
Adiantamento a fornecedores diversos	7.377	29.961
Total	100.382	156.651

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
ATIVO CIRCULANTE				
PIS e COFINS	52.654	62.124	52.654	62.124
IRPJ/CSLL Saldo de declaração	4.844	1.822	5.052	2.014
ICMS a recuperar	10.263	8.374	10.263	8.374
Refis Lei 11.941/09	-	16.895	-	16.895
Outros créditos	3.236	-	3.236	-
Total	70.997	89.215	71.205	89.407
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
FINSOCIAL	1.575	1.575	1.575	1.575
PIS E COFINS	49.928	45.687	49.928	45.687
Outros créditos	1.070	1.341	1.070	1.341
Total	52.573	48.603	52.573	48.603

Os créditos de PIS e COFINS no ativo circulante são oriundos de compras no mercado interno, os quais estão sendo utilizados na compensação de outros tributos federais.

Os créditos de PIS E COFINS no ativo não circulante referem-se ao ganho com processo transitado em julgado para exclusão de ICMS da base de cálculo PIS e da COFINS, os quais serão realizados futuramente.

Os demais créditos no ativo circulante e não circulante referem-se ao aproveitamento ICMS, PIS e COFINS nas aquisições do ativo imobilizado, e saldo de declaração e outros créditos usuais da operação.

A administração da Companhia vem compensando os créditos tributários, com os débitos das operações normais da Companhia.

Neste exercício, a Receita Federal reconheceu os créditos em discussão para liquidação do REFIS Lei 11.941/09, e efetivou a consolidação, com isto, a Companhia reverteu a provisão para este

fim constituída. Com o reconhecimento da liquidação do REFIS Lei 11.941/09, por parte da Receita Federal, restou um crédito no valor de R\$3.236, referente parcelas pagas a maior que serão usadas para compensação de outros tributos.

10. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre controlada

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S. A	185.740	55,6013	419.481	49.500	11.576	6.436
Josapar Internacional	50	100	332	270	-	-

b) Composição dos investimentos

	Controladora				Consolidado		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Propriedades p/ investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2021	226.791	343	490	227.624	323.925	1.493	325.418
Reflexo ajustes em controladas	10	(11)	-	(1)	-	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-	-
Equivalência Patrimonial	6.436	-	-	6.436	-	-	-
Propriedades p. Investimentos	-	-	-	-	(2.359)	-	(2.359)
Em 30 de setembro de 2022	233.237	332	490	234.059	321.566	1.493	323.059

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Controladora	Bens de						Móveis e utensílios, instalações e Outros.	Total
	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Direito de Uso	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção		
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	25.886	100.113	1.244	257	66.584	16.013	14.340	224.437
Adições	-	-	-	-	510	3.270	631	4.411
Baixas	-	-	-	-	(522)	-	(31)	(553)
Transferências	-	75	-	(11)	7.852	(10.420)	2.504	-
Depreciações	-	(2.883)	(1.066)	(46)	(9.981)	-	(2.510)	(16.486)
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	25.886	97.305	178	200	64.443	8.863	14.934	211.809
Adições	-	-	4.450	280	2.102	240	210	7.282
Baixas	-	-	-	(274)	(69)	-	(1)	(344)
Transferências	-	-	-	-	3.450	(6.667)	3.217	-
Depreciações	-	(2.163)	(1.115)	(24)	(6.276)	-	(2.049)	(11.627)
Valor residual em 30 de setembro de 2022	25.886	95.142	3.513	182	63.650	2.436	16.311	207.120

Consolidado	Bens de							Total
	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Direito de Uso	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	25.886	100.113	1.244	449	67.028	16.635	14.558	225.913
Adições	-	-	-	978	529	3.270	939	5.716
Baixas	-	-	-	-	(522)	-	(31)	(553)
Transferências	-	75	-	(11)	7.852	(10.420)	2.504	-
Depreciações	-	(2.883)	(1.066)	(290)	(9.984)	-	(2.616)	(16.839)
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	25.886	97.305	178	1.126	64.903	9.485	15.354	214.237
Adições	-	-	4.450	554	2.111	240	283	7.638
Baixas	-	-	-	(362)	(69)	-	(1)	(432)
Transferências	-	-	-	-	3.450	(6.667)	3.217	-
Depreciações	-	(2.163)	(1.115)	(191)	(6.282)	-	(2.132)	(11.883)
Valor residual em 30 de setembro de 2022	25.886	95.142	3.513	1.127	64.113	3.058	16.721	209.560

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas, patentes e direitos de uso	Softwares	Total	Marcas, patentes e direitos de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	1.826	377	2.203	1.861	377	2.238
Adições	-	440	440	-	440	440
Amortizações	-	(314)	(314)	-	(314)	(314)
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	1.826	503	2.329	1.861	503	2.364
Adições	-	10	10	-	10	10
Amortizações	-	(238)	(238)	-	(238)	(238)
Valor residual em 30 de setembro de 2022	1.826	275	2.101	1.861	275	2.136

As taxas de depreciação e amortização praticadas são as seguintes:

Imóveis prédios	2,80%	a.a.
Veículos	20%	a.a.
Veículos industriais	10%	a.a.
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7%	a.a.
Móveis e utensílios	10%	a.a.
Instalações e benfeitorias	10%	a.a.
Sistemas, Softwares e equipamentos de informática	33%	a.a.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 ocorre por depreciação ou baixa dos bens na empresa e consolidado. As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas vigentes.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia passou a registrar a partir de 1º de janeiro de 2019 o direito de uso sobre os contratos de arrendamento. Desta forma, os valores do ativo imobilizado em 30.09.2022 incluem o valor de R\$3.513, referente ao direito de uso arrendado.

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Matéria-prima Arroz	31.834	37.672	31.834	37.672
Matéria-prima Insumos Agrícola	101.902	32.165	101.902	32.165
Outros	44.223	32.050	44.789	32.538
Total	177.959	101.887	178.525	102.375

13. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

<u>Passivo circulante</u>	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Moeda Interna				
Financiamentos para investimentos	5.722	6.176	5.722	6.176
Crédito Rural – recursos livres	28.917	70.081	28.917	70.081
Capital de giro	450.802	219.848	450.883	220.296
Total	485.441	296.105	485.522	296.553

Moeda estrangeira				
Capital de giro-FINIMP	143.953	188.372	143.953	188.372
Total	143.953	188.372	143.953	188.372
Total do circulante	629.394	484.477	629.475	484.925

<u>Passivo não circulante</u>	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Moeda Interna				
Financiamentos para investimentos	19.497	21.660	19.497	21.660
Crédito Rural – recursos livres	99.163	26.685	99.163	26.685
Capital de giro	587.492	621.147	587.492	621.147
Total	706.152	669.492	706.152	669.492
Total do não circulante	706.152	669.492	706.152	669.492

	Controladora		Consolidado	
Vencimentos de longo prazo	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
2023	150.301	457.987	150.301	457.987
2024	377.371	142.238	377.371	142.238
2025	123.164	38.435	123.164	38.435
2026	46.868	30.832	46.868	30.832
2027 a 2037	8.448	-	8.448	-
Total do não circulante	706.152	669.492	706.152	669.492

	<u>Indexador</u>	<u>Taxa</u>	
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	5,74%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	3,18%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	TLP-IPCA	2,95%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	SELIC	3,88%	a.a.
Capital de Giro - FINIMP	VC US\$	4,60%	a.a.
Capital de Giro	CDI	2,83%	a.a.

a) Empréstimos nacionais:

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré-fixada de 2,50% a.a. a 6% a.a.

Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratados em taxas pré-fixadas e pós-fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval.

A Companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

b) Empréstimos no exterior:

Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US\$ 26.625 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

A administração da Companhia destaca que a exposição passiva líquida advinda dessas operações de curto prazo em moeda estrangeira está atrelada a títulos em montantes e prazos equivalentes no contas a receber da empresa no segmento de insumos agrícolas, fazendo parte da sua estratégia de comercialização e proteção cambial (hedge natural).

14. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado
	Ativo não Circulante	Dividendos a receber	Ativo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	3.743	13.079	-
Peroli Participações S.A.	3.741	-	4.993
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	408	-	1.033
Ferragens Vianna S.A.	2.836	-	2.836
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	3.010	-	3.010
Outros	1.650	-	2.819
Em 31 de dezembro de 2021	15.388	13.079	14.691
Real Empreendimentos S.A.	663	4.559	-
Peroli Participações S.A.	5.063	-	6.315
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	408	-	1.033
Ferragens Vianna S.A.	2.869	-	2.869
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	3.010	-	3.010
Outros	1.594	-	2.340
Em 30 de setembro de 2022	13.607	4.559	15.567

Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da Companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a Companhia.

Neste trimestre não foi registrado nenhuma provisão para perda de crédito esperadas, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza dos tributos diferidos – Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Contribuição social diferida	9.691	10.638	9.691	10.638
Imposto de renda diferido	20.733	23.471	20.733	23.471
Total	30.424	34.109	30.424	34.109

b) Natureza dos tributos diferidos – Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Contribuição social diferida	(5.913)	(7.608)	(8.550)	(10.251)
Imposto de renda diferido	(16.426)	(21.135)	(21.310)	(26.031)
Total	(22.339)	(28.743)	(29.860)	(36.282)

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
<u>Corrente</u>				
Contribuição social	(2.699)	(5.435)	(4.467)	(6.756)
Imposto de renda	(7.544)	(15.314)	(12.373)	(18.897)
	(10.243)	(20.749)	(16.840)	(25.653)
<u>Diferido</u>				
Contribuição social	748	1.528	748	1.528
Imposto de renda	1.970	3.987	1.970	3.987
	2.718	5.515	2.718	5.515
	(7.525)	(15.234)	(14.122)	(20.138)

d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	34.985	41.289	46.721	51.041
Eliminações – ajustes efeito controlada	-	-	5.139	4.848
	34.985	41.289	51.860	55.889
Despesa tributária pela alíquota oficial (IRPJ – 25%; CSLL – 9%).	(11.895)	(14.038)	(17.632)	(19.002)
Exclusões (adições) permanentes	5.256	3.712	5.256	3.712
Exclusões (adições) temporárias	(7.653)	(12.069)	(7.653)	(12.069)
Efeito tributação em controlada	-	-	(860)	60
Outros	6.767	7.161	6.767	7.161
	(7.525)	(15.234)	(14.122)	(20.138)

A Companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias fundamentadas por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

A administração baseada no histórico de resultado e lucros tributáveis da companhia estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sejam realizados conforme a média histórica de percentuais dos últimos 5 anos 2022:13%, 2023:13%, 2024:13%, 2025:13%, 2026:13% e o restante 35%, nos próximos 3 anos.

A projeção de realização do saldo considera, especialmente quanto aos prejuízos fiscais e bases negativas, a limitação de compensação de 30% do lucro real do exercício. Adicionalmente, estes percentuais podem não se concretizar caso as estimativas utilizadas na preparação das referidas informações financeiras intermediárias sejam divergentes das efetivamente realizadas.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital

O Capital Social é de R\$120.000, subscrito e integralizado é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404.76, refere-se a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

c) Subvenções para Investimentos

A Companhia possui incentivos governamentais para investimentos, que são excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição social.

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia registra o montante de R\$84.972 (R\$ 70.937 em 2021). Os valores registrados no período são transferidos para a conta “Subvenção para investimentos”, em conformidade com o artigo 195-A da lei das sociedades por Ações.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao registro do ajuste de avaliação patrimonial de bens próprios e de controladas, líquidos dos tributos e realizações. O imposto de renda e a contribuição social diferido foram calculados de acordo com a opção tributária de cada empresa (lucro real ou presumido) e ajustados pelas alíquotas vigentes.

e) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

17. GASTOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
<u>Por função:</u>				
Custos dos produtos	(1.251.918)	(1.148.971)	(1.252.570)	(1.150.045)
Despesas com vendas	(149.761)	(128.602)	(149.761)	(128.602)
Despesas gerais e administrativas	(85.028)	(76.043)	(114.195)	(98.261)
Outras receitas/despesas	(2.448)	(3.845)	(2.717)	(3.382)
	<u>(1.489.155)</u>	<u>(1.357.461)</u>	<u>(1.519.243)</u>	<u>(1.380.290)</u>
 <u>Por natureza:</u>	 30.09.2022	 30.09.2021	 30.09.2022	 30.09.2021
Depreciações e amortizações	(11.865)	(12.534)	(12.121)	(12.800)
Despesas com pessoal	(85.002)	(76.928)	(95.282)	(86.174)
Matérias-primas e materiais	(1.035.938)	(957.246)	(1.036.601)	(958.335)
Frete	(87.043)	(69.603)	(87.043)	(69.603)
Outras	(269.307)	(241.150)	(288.196)	(253.378)
	<u>(1.489.155)</u>	<u>(1.357.461)</u>	<u>(1.519.243)</u>	<u>(1.380.290)</u>

No exercício findo em 30.09.2022 o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R\$4.460-(R\$ 5.994 em 30.09.2021), e está registrado nas contas, remuneração da administração e participações, ambas no resultado.

A Companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias: a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.

18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das informações financeiras intermediárias.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Limites - Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial – Riscos Nomeados	115.000	Dezembro/2022
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Dezembro/2023
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Dezembro/2023
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais.	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho/2023
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Janeiro/2023
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US\$ 3.000.000	Janeiro/2023
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US\$ 1.000.000	Janeiro/2023

19. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante</u>		
PRR (FUNRURAL)	6.289	4.979
PERT (IRPJ e CSLL)	350	462
Total do circulante	6.639	5.441
<u>Passivo não circulante</u>		
PRR (FUNRURAL)	21.092	26.115
PERT (IRPJ e CSLL)	2.648	2.655
Total do não circulante	23.740	28.770
	30.379	34.211

A Companhia incluiu débitos no programa de parcelamento Rural-PRR Lei 13.606/2018, que juntamente com PERT Lei 13.496/2017, totalizam o montante dos tributos parcelados. O valor está atualizado e líquido das parcelas pagas.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS

No desenvolvimento de suas operações, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 30 de setembro de 2022, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas, não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R\$112.000.

A administração da Companhia decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
<u>Passivo Circulante</u>				
Provisão para contingências	26.736	20.006	46.145	21.432
(-) Depósitos judiciais	(2.665)	(2.662)	(8.321)	(4.088)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	24.071	17.344	37.824	17.344